

# **Valores políticos dos jovens na consolidação da democracia brasileira (1993-2006).**

Brigante Del Porto Fabíola.

Cita:

Brigante Del Porto Fabíola (2010). *Valores políticos dos jovens na consolidação da democracia brasileira (1993-2006)*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/847>

## **Valores políticos dos jovens na consolidação da democracia brasileira (1993-2006)\***

Fabíola Brigante Del Porto  
( [fabioladelporto@hotmail.com](mailto:fabioladelporto@hotmail.com) )  
Doutoranda do Programa de Ciência Política da UNICAMP  
Campinas, SP, Brasil

Trabalho preparado para apresentação no **V Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)**  
Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010.  
Área Temática: Política Comparada, Subárea: Processos Políticos na América Latina

\*Trabalho inédito, produto de investigação em processo (vinculado ao projeto de doutorado “*Os jovens da democracia: estudo dos valores políticos democráticos das coortes da juventude brasileira do período pós-1985*” desenvolvido no Departamento de Ciência Política da UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rachel Meneguello e com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo, Brasil – processo nº06/61752-6)

**Resumo:** Este paper trata dos valores políticos democráticos dos jovens brasileiros formados na implantação e consolidação da democracia brasileira pós-1985 à luz dos valores políticos dos cidadãos brasileiros mais velhos, que vivenciaram também, pelo menos, o regime militar. Apesar de os jovens brasileiros do período serem tidos como alienados da política formal, survey nacional para 2006 sugere não haver diferença significativa entre o envolvimento político-democrático desses jovens e o daqueles outros cidadãos. Entendendo que a experiência político-institucional dos indivíduos os ajuda a formar/reformar valores políticos, a hipótese é que aquela ausência de diferença no envolvimento político dos cidadãos com o regime democrático brasileiro é efeito da consolidação do mesmo, e que vinte anos de democracia recente homogeneizaram as experiências políticas dos cidadãos. Essa ideia é explorada pela comparação dos valores políticos das coortes de idade em surveys para 1993 e 2006.

## 1. Introdução

Em julho de 2005, em meio a denúncias de corrupção que atingiram o Congresso Nacional e envolviam o PT, partido do Presidente da República brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>1</sup>, reportagem de capa do caderno dedicado aos jovens do jornal *Folha de São Paulo* caracterizava os jovens brasileiros de então como apáticos e alienados de tais acontecimentos políticos, sobretudo quando comparados a momentos passados de mobilização:

“Nos anos 60, havia um inimigo comum, a ditadura. Em 1992, o vilão era o próprio presidente, o primeiro eleito pelo voto direto. Mas parece que, depois disso, os motivos que levavam o jovem a se engajar politicamente acabaram. Ocupou esse lugar a visão, por um lado bem realista, de que política é um negócio chato demais e de que tudo o que se defende em Brasília são interesses particulares, bem distantes dos da juventude. Entra em campo o jovem individualista... os jovens têm bons motivos para perder totalmente o interesse em política” (Individualismo afasta participação, *Folha de São Paulo*, 04.jul.2005, Caderno “Folhateen”).

Essa visão sobre os jovens aparece na mídia desde momentos anteriores da democracia brasileira recente. Por exemplo, embora a citação destaque o ano de 1992 como momento de mobilização política juvenil<sup>2</sup>, nos anos noventa, a percepção predominante no senso comum sobre os jovens brasileiros já destacava sua apatia e individualismo. A grande imprensa retratava “...o ceticismo e desinteresse político da ‘geração shopping center’, nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e desilusões sucessivas da lenta e conservadora transição à democracia” (MISCHE, *op.cit.*, p.135). Em razão dessa visão, a eclosão do movimento dos jovens “caras pintadas” nas ruas das principais cidades brasileiras em 1992, somando-se à luta de várias outras entidades civis pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello gerou surpresa entre os vários atores, como a mídia, educadores, representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, tanto que, ainda segundo aquela autora, em 1997, cinco anos após os jovens terem saído às ruas havia poucas tentativas de analisar as origens e os impactos daquela mobilização juvenil.

Este texto explora o envolvimento político dos jovens eleitores brasileiros<sup>3</sup> depois de pouco mais de vinte anos de implantação do regime político democrático pós-1985. Especificamente, nosso objeto remete ao interesse por política; à frequência de engajamento em discussões políticas; à adesão voluntária ao voto; à preferência por regimes políticos e à relação de confiança com as

---

<sup>1</sup> Tais denúncias foram feitas pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB), também da base governista e originaram o escândalo que ficou conhecido como “Mensalão” em alusão a uma suposta mensalidade que os deputados recebiam para votar a favor de projetos governistas.

<sup>2</sup> Em 1992, denúncias de corrupção atingiram Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito democraticamente após mais de vinte anos de regime militar, e seus familiares e principais assessores, levando à intensa mobilização de entidades civis em oposição ao Presidente e à instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Congresso Nacional. O movimento estudantil de jovens estudantes secundaristas de “caras pintadas” somou-se a outras entidades civis no Movimento pela Ética na Política. Após a abertura do processo de *impeachment* do Presidente este renunciou, mas o Senado continuou com o processo, tirando-lhe o cargo e tornando-o inelegível por oito anos.

<sup>3</sup> Neste texto, são considerados jovens os eleitores brasileiros até 25 anos.

instituições democráticas. Trata-se, portanto, de pesquisar, no cenário brasileiro atual – com base em survey para 2006 -, o envolvimento dos jovens com a política em geral e, em particular, com o regime político democrático, buscando possíveis explicações para as atitudes e comportamentos “atuais” em dados para momento anterior do período democrático recente (1993).

Trazendo as abordagens de Butler e Stokes (1969), Miller (1992) e Mishler e Rose (2006) para o caso brasileiro, entendo que os eventos históricos e políticos da consolidação da democracia influenciam a formação dos valores, preferências e atitudes políticas dos jovens brasileiros. Todavia, esse suposto não implica supor também que a implantação do regime democrático tenha um efeito determinante indiferenciado sobre a formação dos valores e preferências políticas dos indivíduos. Ademais, embora entenda que os valores políticos e sociais são aprendidos primeiro em casa, na escola, no trabalho e através da mídia, aprendizado que se acumula no decorrer da vida (ALMOND e VERBA, 1963), compreendo também que, conforme se relacionam com as instituições democráticas ao longo da vida, os indivíduos reafirmam ou substituem os valores e noções aprendidos sobre seu funcionamento (MISHLER e ROSE, 2001). A ideia aqui é que as experiências dos jovens com as instituições impactam a formação de suas preferências políticas, suas percepções cognitivas e afetivas do regime político. Segundo Wildavsky (1987), a vivência e socialização dos indivíduos dentro de determinadas instituições sociais, políticas e econômicas, elas próprias fruto de uma escolha da cultura na qual esses indivíduos se inserem, os ajudam não apenas a buscar suas preferências, mas a “preferir o que eles preferem”. Ao lado das influências de fatores culturais e das estruturas políticas, tais preferências e experiências individuais são condicionadas pelas diferentes clivagens e origens socioeconômicas daqueles jovens.

O tratamento dos valores e preferências políticas dos jovens brasileiros formados no cenário da democracia brasileira recente é uma questão ainda subexplorada pela ciência política brasileira. Esses “jovens da democracia” são fruto de um momento político distinto do vivenciado por “seus pais”: vivenciaram apenas o regime democrático e foram (são) criados sob outras influências socializadoras, tendo em vista a ampliação do acesso à escolaridade formal e a crescente importância das mídias como fonte de informação e na formação de seus valores e atitudes políticas (MISCHE, 1997). Ainda, como mostra, por exemplo, Singer (2005), esses jovens foram (são) fruto de um regime que, se politicamente democrático, vem se consolidando em meio a intensas crises econômica, social, moral e política e, sendo os jovens mais vulneráveis em seu comportamento, por estarem em momento de formação de preferências e valores -em uma fase de “moratória política”, para usar a expressão de Müxel (1992) - são mais prováveis de mostrarem em seu comportamento os efeitos dessas crises.

Essa ideia já aparecera também, por exemplo, nas análises de Miller (1992, 1995) sobre o declínio da participação eleitoral agregada dos cidadãos norte-americanos desde os anos 1950. Segundo esse autor, desde esse momento, a cena política norte-americana foi marcada por eventos que trouxeram tensão aos anos formativos de seus jovens cidadãos e disseminaram sentimentos de cinismo, alienação, rejeição e apatia com a política nacional entre a população em geral e, para os jovens em particular, significaram uma áspera introdução à política. As cicatrizes desses eventos negativos<sup>4</sup> nos anos formativos das sucessivas coortes de cidadãos norte-americanos desde fins dos anos 1950, segundo Miller (1995), explicariam, então, a independência eleitoral e as baixas taxas de participação eleitoral daquelas coortes, cujo ápice ocorreria no fim dos anos 1980.

Os estudos de Power e Jamison (2005), para a América Latina, e de Moisés (1992, 1995 e 2005), para o caso brasileiro em específico, adentram nos cenários de implantação e consolidação do regime político democrático desde os anos 1980 e mostram os percalços e dificuldades enfrentadas por esses processos. Apesar de fatores específicos aos países, têm se destacado, nesse período, as crises e instabilidades econômicas, a corrupção dos governos e o uso instrumental das instituições políticas. Como resposta, são persistentes e generalizados os índices de desconfiança dos cidadãos de suas estruturas políticas e, “...no caso das democracias que ainda enfrentam o

---

<sup>4</sup> Alguns exemplos desses eventos, descritos por Miller, são: nos anos 1960, o assassinato do líder negro Martin Luther King, a Guerra do Vietnã e o assassinato de Robert Kennedy; nos anos 1970, o escândalo do *Watergate* e as crises econômicas das administrações Ford e Carter e, nos anos 1980, os escândalos de corrupção no governo de Ronald Reagan.

desafio de enraizar a sua justificação ético-política nos hábitos e nas condutas dos cidadãos, [a desconfiança] pode evidenciar dificuldades de funcionamento do regime, ao comprometer ações de coordenação, de cooperação e de solidariedade social”(MOISÉS, 2005, p.35).

Tendo em vista que a desconfiança das instituições democráticas é generalizada entre os brasileiros, a relação de (des)confiança dos jovens brasileiros com as instituições da democracia e sua adesão aos princípios do regime democrático devem ser compreendidas à luz das tendências da cultura política do conjunto dos cidadãos<sup>5</sup>. Para Miller (1992, 1995), os eventos políticos marcantes dos anos formativos dos indivíduos imprimem marcas em seus valores e atitudes. Assim, indivíduos contemporâneos apresentariam aspectos comuns em sua absorção e interpretação das ideias políticas de seu tempo, adotando os mesmos padrões de comportamento - o que caracteriza as “gerações políticas”. Para avaliar essa abordagem, trata-se, então, de observar se, de fato, no cenário da implantação e consolidação da democracia brasileira, há diferenças e se essas são significativas entre as preferências e os valores políticos dos jovens e dos públicos adultos. Alternativamente, isso significa verificar também se e em que medida os valores políticos dessas coortes de cidadãos refletem também efeitos do período ou de seu “ciclo de vida” (cf. MISHLER e ROSE, 2006; NORRIS, 2004).

Por outro lado, os estudos de Moisés (1995, 2005) também têm demonstrado ter havido mudanças significativas na cultura política dos brasileiros, as quais, juntamente com o cenário de desconfiança anteriormente relatado, compõem um “cenário paradoxal”: embora desconfiados, os cidadãos parecem mais atentos ao processo político e, cada vez mais, parecem orientar-se tendo a democracia como referência, aderindo ao seu ideal e valorizando seus procedimentos. Esse paradoxo, que também caracteriza grande parte das democracias ocidentais - mesmo aquelas há tempos estabelecidas - revela que o apoio político é multidimensional, ou seja, que os cidadãos são capazes de distinguir entre os princípios do regime, seu desempenho, a comunidade política, os atores políticos e as instituições democráticas, e os avaliam separadamente (NORRIS, 1999). Esse paradoxo e descompasso das avaliações e do apoio às várias dimensões do regime democrático, se revelam uma crescente tensão nas opiniões dos indivíduos entre os ideais e a realidade, não devem ser tomados como um fenômeno preocupante e desestabilizador da democracia. Antes, podem indicar o crescimento de “cidadãos críticos”, insatisfeitos com o desempenho do regime, de suas autoridades e instituições representativas, mas que querem apenas melhorá-lo e reformar seus mecanismos institucionais, e não derrubá-los.

Dessa forma, se observa não uma crise e sim um fortalecimento da democracia enquanto ideal, mas, por outro lado, a vida das elites governantes se torna mais difícil. Ainda que esse panorama de transformação da relação democrática entre os cidadãos e o Estado diga respeito às sociedades industriais avançadas, ele pode ajudar a desvendar o paradoxo apresentado por Moisés para o cenário brasileiro. Nesse, como já referido, apesar dos percalços da democratização política desde 1985, não se observou a desestabilização do funcionamento das instituições democráticas; o desenvolvimento político recente, ao contrário, parece sinalizar que o país ingressou em um “ciclo democrático virtuoso”(MOISÉS, 2005). Essas transformações da cultura política não podem ser desprezadas e a maior cognição e aceitação das regras e ideais do regime democrático parece resultar do próprio envolvimento cidadão com o processo político brasileiro. O suposto por trás dessa análise da confiança e do apoio institucional é que os cidadãos apóiam as instituições porque aprenderam a fazê-lo através de processos de transmissão de seu significado, mas também porque suas experiências concretas, ao longo de sua vida cidadã, os qualificam para avaliar racionalmente o desempenho daquelas.

Aqui subjaz a ideia da confiança como resultado de experiência e aprendizagem. Essa

---

<sup>5</sup> Por exemplo, Moisés (1995), analisando dados de opinião pública brasileiros para os primeiros anos do regime democrático pós-1985, encontra uma menor preferência pelo regime democrático entre os jovens do período, quando comparados a seus concidadãos mais velhos, e afirma que, embora a diferença entre as faixas etárias não fosse tão gritante, o menor apego da juventude devia-se, principalmente, à sua insuficiente experiência política. Esta discussão está sendo trabalhada em meu estudo de doutorado “Os jovens da democracia: estudo dos valores políticos e democráticos das coortes da juventude brasileira do período pós-1985” em andamento, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp, sob a orientação da profa. Dra. Rachel Meneguello e com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Processo FAPESP nº06/61752-6).

também é a abordagem de Mishler e Rose (1996, 1997, 1999, 2001 e 2002), quando tratam da confiança nas instituições representativas nas novas democracias da Europa Central e do Leste. Esses autores formulam o “modelo de aprendizagem através da vida”, no qual a confiança é entendida como utilidade esperada do desempenho satisfatório das instituições políticas, mas não negam a importância das influências culturais da primeira socialização para a formação daquela. As predisposições iniciais para confiar ou desconfiar das instituições podem ser subsequentemente reforçadas ou revisadas, dependendo da extensão na qual as lições iniciais são desafiadas ou confirmadas pelas experiências adultas, que capacitam os indivíduos a avaliarem o desempenho daquelas. Assim, se as influências da socialização primária e as avaliações do desempenho institucional conflitam, essas últimas, mais próximas dos atores, prevalecerão sobre as influências das normas culturais aprendidas. O nível corrente de confiança política seria, portanto, uma soma balanceada das experiências individuais na vida política: produto da confiança passada modificada pelas experiências de desempenho institucional mais recentes. Assim, ainda que o peso maior para a origem da confiança política seja dado pelas avaliações do desempenho institucional, elas são moldadas pelos valores e prioridades individuais (MISHLER e ROSE, 2001).

Em outro momento, Mishler e Rose (1999) afirmam que o apoio aos novos regimes pós-comunistas, sobretudo entre os cidadãos mais velhos, é volátil e relativo, modificando-se conforme os cidadãos adquirem experiência com a democracia. Como os cidadãos foram socializados em uma ordem política diferente, no curto prazo, o novo regime beneficia-se de um grau de aceitação popular resultante da rejeição ao regime político antigo; no longo prazo, no entanto, o apoio à nova democracia será baseado nas experiências mais contemporâneas, no desempenho político e econômico do novo regime, algo semelhante ao indicado pela abordagem que aponta para o crescimento dos “cidadãos críticos” nas democracias estabelecidas.

Tendo em vista que os jovens tratados por esse estudo vivenciaram apenas a democracia, pesquisa, então, os possíveis efeitos da implantação e consolidação desse regime no Brasil sobre seu envolvimento político e sobre a formação de seus valores democráticos no início de suas vidas cidadãs, destacando, sobretudo, as coortes de jovens no ano de 2006 - para isso, a principal pesquisa será o survey nacional "*A desconfiança das instituições democráticas*"<sup>6</sup>. Para esse momento, são analisados o envolvimento político dos jovens brasileiros diante do cenário de crise ética e moral do legislativo brasileiro tornada pública em 2005 no governo Lula e do cenário eleitoral de 2006. Eventos políticos anteriores da implantação formal do regime democrático brasileiro também foram marcando a formação dos valores e preferências políticas dos sucessivos grupos de jovens ingressantes no eleitorado brasileiro no período democrático recente. Dentre esses, destaco a primeira eleição direta para Presidente da República em 1989; o cenário de *impeachment* do primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello; o Plano Real e a estabilização da moeda brasileira e a primeira eleição de Lula para a Presidência da República em 2002, eleição que sinaliza a alternância no poder.

O estudo das coortes de jovens brasileiras procura observar como a cultura política desse grupo reflete os efeitos do fato de sua socialização política inicial ter sido feita sob distintos momentos da consolidação institucional do regime democrático brasileiro recente. O fato de essas coortes de cidadãos só terem a experiência política do regime democrático implica em diferentes valores e atitudes políticas, como por exemplo, diferentes expectativas e adesão à democracia (em comparação às coortes que viveram também, pelo menos, o regime militar)? Para tratar dessas questões, além do survey de 2006 supramencionado, são aqui utilizados dados provenientes de survey nacional para 1993<sup>7</sup> de modo a: 1.comparar os valores dos jovens aos das coortes de idade

---

<sup>6</sup> Para informações do survey, ver nota 7 (abaixo).

<sup>7</sup> Os dois surveys aqui utilizados são descritos a seguir: 1.“Avaliação Itamar Franco” – pesquisa por amostragem realizada com eleitores brasileiros em março de 1993 pelos Institutos CEDEC/Datafolha, com amostra de 2499 eleitores. 2.“A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas” – pesquisa por amostragem realizada com eleitores brasileiros em junho de 2006 pelos Departamentos de Ciência Política da USP e da Unicamp, com amostra de 2004 eleitores; este survey foi coordenado pelos professores doutores José Álvaro Moisés (DCP/USP) e Rachel Meneguello (DCP/Unicamp) e teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Processo FAPESP nº07952-8/04).

mais velhas nos dois momentos do regime democrático (1993 e 2006); 2.comparar os valores dos jovens formados pelos eventos democráticos de 1993 aos daqueles formados em 2006 e 3.observar os valores das coortes de jovens formadas em 1993 em 2006, ou seja, em um momento de maior experiência política em seu ciclo de vida (também comparando-se às demais coortes de idade)..

Antes de tratar dos dados dos surveys, na próxima seção, apresento brevemente a abordagem teórica aqui utilizada para analisar o envolvimento e comportamento políticos dos grupos de jovens brasileiros do período democrático recente. Ao tratar da adesão democrática dos indivíduos e de seus processos formativos através da socialização e experiência políticas dos indivíduos, tenho como ponto de partida os estudos de Mishler e Rose sobre a construção e a trajetória do apoio político nos países pós-comunistas. Tendo em vista as experiências democráticas recentes no país e naquela região e os processos geracionais associados à experiência política envolvidos na construção do apoio, as análises de Mishler e Rose são importantes matrizes teóricas ao presente estudo dos valores políticos dos jovens na consolidação da democracia brasileira do pós-1985<sup>8</sup>.

## **2. Preferência por regimes políticos: experiência institucional guiada pelos valores aprendidos**

Para compreender a adesão à democracia nos países pós-comunistas, Mishler e Rose tratam o apoio como resultante da experiência política com a democracia, sem com isso negar a influência da primeira socialização dos indivíduos<sup>9</sup>.

No seu conjunto de estudos para aqueles países (MISHLER e ROSE, 1996, 1997, 1999, 2001, 2002, 2006)<sup>10</sup>, todos baseados no “New Democracies Barometer”, os autores tratam da adesão à democracia, da confiança e do apoio político nas novas democracias através de medidas realistas e não por concepções ideais do regime democrático: tendo em vista que a maior parte dos cidadãos foi socializada em um regime político diferente, sua adesão e avaliação do funcionamento do regime democrático, pelo menos nos anos iniciais de sua implantação, serão voláteis e comparativas a suas experiências políticas prévias. Daí a necessidade de avaliar os valores políticos desses públicos por critérios determinados (com base em suas experiências políticas concretas)<sup>11</sup>.

Com base em dados para os anos de 1991 a 1995, Mishler e Rose (1999) exploram se e em que extensão as fontes de apoio aos regimes pós-comunistas e suas instituições mudaram através do tempo, conforme os cidadãos adquiriram maior experiência com esses regimes. Como os cidadãos, sobretudo das coortes mais velhas, viveram, ao menos, dois regimes distintos, eles sabem que a democracia é apenas uma dentre várias alternativas possíveis. É por isso que seu apoio a ela é relativo, concedido à luz das alternativas plausíveis e, portanto, historicamente condicionado. Os dados analisados no artigo de 1999, corroborando estudos anteriores (MISHLER e ROSE, 1996; 1997), mostraram que, embora, em termos absolutos, o apoio inicial (em 1991) aos regimes pós-comunistas tenha se esboçado superficial e provisório, ele era relativamente maior do que as avaliações retrospectivas do antigo regime comunista. Os resultados adicionais para os quatro anos seguintes mostraram flutuações anuais no apoio aos novos regimes, mas, no nível agregado,

<sup>8</sup> Ao dizer isso, não ignoro as diferenças significativas que existem entre os processos de democratização dos países da Europa Central e do Leste, por um lado, resultantes de uma transformação abrupta com a queda do comunismo e a lenta e pactuada transição brasileira, de outro (Cf. Linz e Stepan, 1999).

<sup>9</sup> A filiação dos autores à abordagem de Seligson sobre a relação entre cultura política e estrutura política é clara: para este autor, a construção das instituições democráticas e a vivência nelas é o que explica a adesão a esse regime e não o contrário - como propõem Almond e Verba (1963), cujo principal seguidor é Inglehart (1988). Esse debate não é tratado aqui por questão de espaço, para seu aprofundamento, ver Inglehart (*op.cit*), Muller e Seligson (1994) e Seligson (2002). Em seus estudos, Mishler e Rose formulam os “modelo de aprendizagem através da vida” no qual as primeiras atitudes políticas são continuamente atualizadas e ajustadas conforme as crenças iniciais são contrapostas ou reforçadas pelas últimas experiências. Esse modelo deixa aberta a questão sobre se a política, a economia ou a estrutura social influencia mais o apoio ao regime ou se suas influências vão em direções opostas.

<sup>10</sup> Ao resgatar as principais conclusões de Mishler e Rose, cabe ressaltar que não tenho a pretensão de esgotar as questões por eles tratadas, e sim de tão somente trazer aqui algumas questões que norteiam o presente estudo sobre a construção.

<sup>11</sup> A preocupação com o uso de medidas realistas de democracia nos surveys aplicados aos cidadãos dos novos regimes democráticos, vale dizer, a utilização de perguntas que pedem aos indivíduos para avaliarem o regime político corrente e para compararem com regimes alternativos por eles experimentados, e as dimensões analíticas envolvidas nesse tipo de análise foram também desenvolvidas por Rose (2002).

significaram que a razão desse apoio, comparada ao principal regime alternativo, foi incrementada no período. Ao mesmo tempo, ainda que, em 1995, as atitudes públicas em relação ao antigo regime tenham se mostrado menos negativas do que em 1991 e o otimismo econômico também tenha declinado, de acordo com Mishler e Rose (1999), havia outro elemento dinâmico subjacente ao apoio político que devia ser considerado, qual seja: conforme os cidadãos adquiriam(em) maior experiência com o novo regime, os caminhos nos quais eles o avaliavam(am) e pensavam(am) são prováveis de mudar, o que tem importantes consequências para o apoio político aos novos regimes. O suposto dos autores para esse momento foi que, no longo prazo, experiências mais contemporâneas e avaliações do desempenho econômico e político dos novos regimes deveriam ter mais forte impacto sobre os níveis de apoio político dos cidadãos do que o legado do comunismo.

Os resultados confirmaram o suposto dos autores: as avaliações dos desempenhos econômico e político contemporâneos tiveram importantes efeitos sobre o apoio aos novos regimes com o passar do tempo, o que se mostrou de modo especial com o impacto da avaliação dos níveis de liberdade. Mishler e Rose concluíram que o apoio político aos novos regimes foi mudando no tempo, em resposta às mudanças nos planos e impactos de suas fontes subjacentes.

Em seguida, Mishler e Rose (2001) testaram as abordagens culturalistas e institucionais para explicar as origens da confiança política nos países pós-comunistas, dessa vez com dados para janeiro e maio de 1998. Empregando o “modelo de aprendizagem através da vida”, os autores esmiuçaram as explicações do apoio para cada uma daquelas abordagens teóricas<sup>12</sup>. Dado que ambas compartilham a pressuposição fundamental de que a confiança é ligada em algum nível à experiência, elas foram articuladas para testar a validade e o impacto das micro e macroteorias institucionais na explicação da origem do apoio político.

Os baixos níveis de confiança positiva encontrados para as novas instituições democráticas nos países pós-comunistas em 1998 mostraram-se consistentes tanto com as teorias culturais como com as institucionais, embora por razões distintas<sup>13</sup>. Os resultados encontrados contrariaram, porém, as hipóteses das duas macroabordagens<sup>14</sup>. Por outro lado, para avaliar o peso das microteorias, o teste incluiu cinco variáveis de socialização política (idade, educação, tamanho da cidade, frequência à igreja) e cinco medidas de percepção do desempenho político (índice agregado de corrupção política e percepções da liberdade pessoal, justiça do governo, corrupção política e responsividade do governo à influência dos cidadãos). As variáveis econômicas incluíram avaliações sociotrópicas e egocêntricas das condições econômicas correntes e futuras e dois indicadores de circunstância econômica individual (renda e desemprego). Os resultados mostraram que as avaliações do desempenho econômico e político foram substancialmente mais importantes do que outras experiências de socialização e que o desempenho institucional real para moldar a confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Os resultados indicaram ainda que o modo como os cidadãos avaliavam individualmente o desempenho das instituições tinha efeitos substanciais sobre a confiança política. Assim, ainda que o peso maior para a formação da confiança política fosse dado pelas avaliações do desempenho institucional, essas eram moldadas pelos valores e prioridades dos indivíduos. Apesar disso, Mishler e Rose não negaram que a socialização política inicial e as experiências passadas tivessem algum impacto sobre a formação daquele apoio entre indivíduos socializados em regimes políticos distintos do regime corrente. As questões críticas que ficavam, segundo esses autores, eram quando, se e como os cidadãos aprendiam(em) a responder e

---

<sup>12</sup> Mishler e Rose (2001) apresentam os pressupostos e hipóteses sobre o apoio político tanto das micro como das macroabordagens culturalistas, de um lado, e institucionais, de outro. Essas questões não são tratadas aqui em razão do espaço.

<sup>13</sup> “As teorias culturais baseiam essa previsão sobre o legado da desconfiança dos tempos comunistas combinado com as seculares culturas de autoritarismo que caracterizam muitos países na região. As teorias institucionais preveem baixos níveis de confiança inicial por causa do desempenho deficitário que instituições não testadas são prováveis de enfrentar conforme elas tentam confrontar problemas intratáveis com soluções não provadas” (MISHLER e ROSE, 2001, p.13, “tradução” minha).

<sup>14</sup> Embora as diferenças na confiança entre os países tenham se mostrado grandes tanto em termos absolutos como relativos, as variações na confiança institucional dentro dos países foram consistentemente muito maiores. Os resultados também sugeriram que havia pouca evidência de que os cidadãos nas sociedades pós-comunistas tivessem sido socializados em uma cultura nacional globalizante desconfiada. Também não houve evidência substancial de que os cidadãos de um mesmo país respondessem uniformemente ao desempenho agregado do governo, econômico ou político.



apoiar a um regime radicalmente diferente daquele em que foram anteriormente governados e educados. A ruptura entre regimes cria uma dissonância cognitiva nos indivíduos, que são desafiados pelos novos regimes e experiências a reaprenderem o apoio político<sup>15</sup>.

O estudo de Mishler e Rose (2006) para a cultura política pós-soviética aprofundou a compreensão do papel do contínuo aprendizado político dos cidadãos, reforçando a importância da abordagem institucional na formação (também contínua) dos valores políticos individuais. O debate sobre o aprendizado político causado pela mudança de regimes abre a oportunidade para tratar da natureza e extensão das similaridades e diferenças geracionais tanto no início do novo regime como através do tempo, dos efeitos do envelhecimento e dos efeitos das mais recentes experiências políticas em moldar e adaptar atitudes iniciais no comportamento político corrente.

Com base em dados do “New Russia Barometer” para janeiro de 1992 e janeiro de 2005, os autores avaliaram os impactos da geração, idade e tempo sobre a evolução das atitudes políticas na Rússia, reexaminando o peso explicativo das teorias culturais e institucionais. Resumindo as diferenças das duas teorias com relação aos pressupostos referentes aos efeitos geracionais sobre as atitudes políticas, as abordagens culturais predizem diferenças substanciais nas atitudes políticas das gerações, as quais mudam pouco com o tempo; as abordagens institucionais predizem a existência de pouca, se alguma, diferença geracional sobre as atitudes políticas, mas substanciais mudanças nas atitudes ao longo do tempo, que, ou são as mesmas através das gerações ou variam com o “ciclo de vida”. As duas teorias, não totalmente antagônicas, foram integradas no “modelo de aprendizagem através da vida” para testar a existência de diferenças geracionais nas atitudes políticas e medir mudanças nessas através do tempo. O suposto era que as atitudes políticas adultas refletiam(em) uma combinação de efeitos geracionais e do “ciclo de vida”, além de outros efeitos genéricos.

Com base em teorias de socialização política, que indicam que os indivíduos adquirem suas orientações políticas básicas por volta do fim da adolescência (EASTON e DENNIS, 1969, *citado por* MISHLER e ROSE, 2006), os autores definiram a idade de 15 anos como um marco no processo da primeira socialização política, definindo as gerações russas em termos das experiências históricas que os cidadãos tinham vivido nessa idade<sup>16</sup>. Os autores compararam o apoio a vários objetos políticos (orgulho nacional, apoio ao regime comunista, apoio aos princípios democráticos e participação eleitoral) no período pós-comunista entre indivíduos das diferentes gerações.

Apesar de constatadas diferenças comportamentais e atitudinais entre as gerações russas, seu significado foi de difícil interpretação, pois as diferenças mostraram-se uniformes - tanto crescente como decrescente - e consistentes com a “idade geracional”. Na ausência de informação adicional, não era possível dizer se aquelas distinções refletiam efeitos do “ciclo de vida”, da socialização em períodos históricos distintos ou da influência de mudança macrossocietal ao longo do tempo. Mais do que isso, o exame dessas diferenças brutas entre as gerações não dizia nada sobre o aprendizado institucional, em específico se diferentes gerações respondiam(em) do mesmo modo a experiências políticas similares ao longo do tempo. Para separar esses padrões, os autores observaram a evolução dessas atitudes políticas ao longo do tempo.

O conjunto de resultados indicou a consistência e persistência dos efeitos geracionais sobre as atitudes políticas na Rússia, mas, ao mesmo tempo, revelou que as similaridades no aprendizado institucional com a nova experiência política entre as gerações eram maiores do que as diferenças entre elas. Apesar desses achados, faltava ainda responder quais eram as causas: das diferenças geracionais (se a socialização em épocas históricas distintas, se mudança macrossocietal ou a combinação das duas), por um lado, e do aprendizado institucional que atravessava todas as gerações ao longo do tempo, por outro. Mishler e Rose (2006) criaram, então, um novo modelo

---

<sup>15</sup> Essas questões nortearam a análise de Mishler e Rose (2002), que retoma os dados para sete países da Europa Central e do Leste (Bulgária, República Tcheca, Hungria, Polônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia) entre 1991 e 1998 e os compara com o apoio político na Rússia, Belarus e Ucrânia entre 1992 e 1998 (esses baseados no “New Russia Barometer”), para testar de modo comparado em realidades distintas a importância relativa das influências da primeira socialização, do legado do passado comunista e dos desempenhos econômico e político dos novos regimes sobre os níveis de apoio político nos países pós-comunistas.

<sup>16</sup> Para a definição das gerações políticas russas, ver Mishler e Rose (2006, p.10-13).

analítico, visando predizer o apoio dos cidadãos ao regime comunista e ao regime corrente com base na “geração”, “idade” e “tempo”. Os resultados indicaram a importância das diferenças geracionais no apoio ao regime, mas sugeriram que tais efeitos eram contínuos e homogêneos. Ainda, as diferenças geracionais mostraram o mais forte efeito sobre o apoio ao regime comunista. Com relação ao apoio ao novo regime, o impacto do tempo foi muito maior e o único positivo. De outro lado, as variáveis de aprendizado institucional revelaram efeitos substanciais sobre o apoio ao regime comunista e ainda maiores sobre o apoio ao regime russo corrente. Ademais, três variáveis de desempenho (desempenho econômico, corrupção percebida e aprovação presidencial) tiveram importantes interações com o tempo, sugerindo que o processo de aprendizado institucional era mais dinâmico do que a socialização cultural<sup>17</sup>.

Finalizando, Mishler e Rose (2006) afirmaram que, embora o conjunto de resultados apontasse para uma maior importância da aprendizagem institucional, os efeitos culturais não podiam ser desprezados, dada a persistência de efeitos significativos da geração, embora diminuídos em tamanho. Esses efeitos dominavam, porém, as atitudes com relação ao regime comunista, enquanto as avaliações do desempenho institucional marcavam as atitudes para com o regime russo corrente. Ao mesmo tempo, um forte efeito do tempo apareceu de modo independente tanto sobre as atitudes relacionadas ao regime comunista como sobre o regime corrente, significando que “...havia uma forte e substancial mudança no apoio russo ao regime que é independente tanto da socialização cultural como da aprendizagem institucional”(MISHLER e ROSE, 2006, p.33, “tradução” minha). Esses achados mostravam que tanto o apoio como sua aprendizagem eram (são), de fato, complexos e multifacetados.

Neste texto, como já mencionado, acompanho essa abordagem. Entendo que, de um lado, a experiência política dos indivíduos com as instituições representativas - positiva ou negativa - ajuda a avaliar e formar opiniões sobre as mesmas, assim como influencia seu envolvimento político. De outro lado, há o pressuposto de que a avaliação que os indivíduos fazem das instituições é influenciada por seus valores e interesses. No caso dos jovens brasileiros, então, pode-se dizer que suas preferências políticas refletem sua formação no contexto da implantação e consolidação das instituições democráticas, suas crises e avanços - juntamente com a crescente disseminação de uma cultura política cada vez mais orientada pelos princípios democráticos, embora crítica de seu funcionamento<sup>18</sup>.

Busco aqui, verificar, com base na observação dos valores políticos por coortes de idade em dois momentos do período democrático recente (1993 e 2006), os impactos das experiências políticas da implantação e consolidação da democracia recente no Brasil sobre as distintas coortes de cidadãos brasileiros. Os valores políticos dessas coortes podem diferir não somente pelos diferentes tempos no “ciclo de vida político”, mas também pelo fato de que as coortes mais velhas vivenciaram também, pelo menos, o regime militar. Essas diferentes experiências formativas das sucessivas coortes de idade abrem a oportunidade de explorar se seus valores políticos refletem efeitos dos eventos institucionais do período, dos anos formativos (geracionais) ou do ciclo de vida político.

Antes de tratar dos dados, traço, na próxima seção deste texto, os principais eventos politizadores da democratização brasileira no período pós-1985 de modo a contextualizar o cenário em que as coortes de jovens aqui abordadas (eleitores até 25 anos) tiveram suas primeiras aquisições políticas<sup>19</sup> e ingressaram no eleitorado. Trata-se, ao mesmo tempo, do cenário que,

---

<sup>17</sup> Outro resultado apoiativo da abordagem institucional foi que, com o passar do tempo, a variável “aprovação do presidente” passou a ter menos efeito sobre o apoio político do que aquelas referentes à avaliação dos desempenhos econômico e político do novo regime, o que poderia ser tomado como uma forma de aprendizagem sobre as instituições políticas.

<sup>18</sup> Os valores políticos desses jovens são influenciados ainda por suas características socioeconômicas e demográficas individuais. Dentre essas últimas, destaca-se o “momento” que vivem em seu ciclo de vida político - que implica em uma leitura específica da realidade em que vivem, especificidade essa que não traduz apenas um critério biológico, mas associa-se ao fato de que, culturalmente, na era moderna, é nesse período que o indivíduo entra na vida pública e confronta as visões até então recebidas sobre a mesma (cf. Mannheim, 1968).

<sup>19</sup> Nessa definição, como já fizeram Mishler e Rose (2006), sigo a abordagem de Easton e Dennis (1967, 1969), que pontuam a idade de 15 anos como marco das primeiras aquisições políticas dos indivíduos. Note-se que, como, no Brasil, os indivíduos com idades

grosso modo, repolitizou os cidadãos das coortes de idade mais velhas, dada a experiência recente do país com a ditadura militar (1964-1985).

### ***3. Eventos político- institucionais da democratização brasileira no período pós-1985***

- 1984** – mobilização popular em defesa das eleições presidenciais, a campanha das “Diretas Já”;
- 1985** – eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral à presidência da República; posse de José Sarney ao cargo de presidente da República, primeiro presidente civil após vinte e um anos de regime militar, que assumiu a presidência com a morte de Tancredo Neves;
- 1988** – promulgação da Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã pela implantação e restauração de importantes direitos;
- 1989** – primeira eleição direta para presidente da República após o regime militar com eleição de Fernando Collor de Mello;
- 1990** – posse de Fernando Collor de Mello ao cargo de presidente da República;
- 1992** – denúncias de corrupção envolvendo assessores diretos do presidente Fernando Collor de Mello, crescimento do “Movimento pela Ética na Política” por entidades civis e movimentos de jovens nas ruas das principais capitais brasileiras (“Caras Pintadas”) exigem a saída do presidente e, por fim, o Congresso nacional vota pelo impeachment do presidente;
- 1994** – implantação do Plano Real, controle da inflação e estabilização da moeda brasileira; eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República sob o impacto do Plano Real;
- 1998** – reeleição de Fernando Henrique à presidência da República sob o impacto da avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra;
- 2002** – eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República: voto motivado sobretudo pela forte identidade de Lula com o eleitorado brasileiro. Eleição concretiza a possibilidade real de alternância no poder, marco na consolidação das instituições democráticas brasileiras;
- 2005** – eclosão da “crise do mensalão”: crise moral parlamentar quando denúncias de corrupção atingiram parte do congresso, começando pelos membros do PT, partido de Lula;
- 2006** – reeleição de Lula à presidência da República tendo como vetores principais novamente a adesão política e o desempenho econômico, sobretudo quanto à queda na desigualdade de distribuição de renda.

A eleição presidencial de 1989 é o marco inicial formal da democracia brasileira recente e aqui tomada como o primeiro evento politizador das coortes de jovens aqui estudadas. Para fim analítico comparativo deste texto, a eleição de 2002, a primeira que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, é aqui tomada como o outro principal evento politizador do período democrático brasileiro recente, dada a mobilização do eleitorado que provocou e devido à concretização do princípio democrático de alternância no poder. Sendo assim, os surveys nacionais de 1993 e 2006 foram selecionados para a presente análise posto que eles podem refletir possíveis efeitos daqueles dois momentos selecionados – 1989 e 2002 - sobre a formação dos valores políticos de seus grupos de jovens. Ainda, as pesquisas para 1993 e 2006 foram realizadas com o distanciamento temporal necessário dos dois eventos politizadores da democracia brasileira mencionados e de seus desdobramentos<sup>20</sup>.

Dado que, na presente análise, a preocupação central é explicar o envolvimento político dos jovens brasileiros na consolidação da democracia brasileira, não sigo a ordem temporal da construção desta na análise ora realizada, e sim, começo apresentando os dados para 2006 -

---

entre 16 e 17 anos podem aderir ao voto facultativo, ao ingressarem no eleitorado, esses indivíduos estão ainda no auge do processo da “moratória política” descrita por Múxell (1992).

<sup>20</sup> Ademais, em comum, os dois eventos, as eleições de 1989 e a de 2002, foram seguidas por crises ética e moral envolvendo, mais ou menos diretamente, os respectivos governos federais eleitos e as pesquisas para 1993 e 2006, ao sucederem essas crises, podem também captar os efeitos dessas. Finalmente, os surveys têm perguntas repetidas, inclusive em suas categorias de resposta, permitindo a comparação estrita dos dados ao longo do tempo.

traçando os valores dos jovens desse momento em comparação aos das coortes mais velhas - e, em seguida (seção 3.2), apresento os dados para 1993 - primeiro também comparando os valores e atitudes políticos dos jovens aos das coortes mais velhas para este ano e, em seguida, projetando, de modo aproximado, os valores e atitudes daquelas coortes treze anos depois -nos dados para 2006 (seção 4).

### 3.1- *Envolvimento político democrático em 2006*

Para completar o quadro, esboçado na seção 3, dos eventos politizadores da democracia brasileira, cabe ainda apresentar as coortes de idade utilizadas<sup>21</sup> e delinear os principais eventos políticos associados aos seus anos formativos para tratar da abordagem geracional, como alternativa ou associada à perspectiva institucional. Naquela abordagem, os eventos impactariam as coortes em sua vida posterior e, mesmo com o passar do tempo, elas apresentariam os mesmos comportamentos adquiridos em seus anos formativos:

#### Coortes para 2006

- ❖ *16 e 17 anos:* nascidos entre os anos de 1989 e 1990, os indivíduos desse grupo nasceram juntamente com o marco do período democrático recente, a primeira eleição direta para a presidência da república após a ditadura militar; e ingressaram no eleitorado no final do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (voto facultativo em 2005 e em 2006) e o evento marcante de sua politização é o primeiro governo Lula e a crise ética e moral no poder legislativo deflagrada nesse governo (2005).
- ❖ *18 a 25 anos:* nascidos no período entre 1981 e 1988, durante os eventos da transição do regime militar para a democracia - rearticulação das forças políticas com a anistia e reforma partidária, campanha por eleições presidenciais diretas e sua derrota, eleição pelo Colégio Eleitoral do presidente Tancredo Neves, sua morte e posse de José Sarney na Presidência da República (ligado à antiga ARENA), recessão e pacotes econômicos, Constituição de 1988 – esses jovens foram integrados ao eleitorado brasileiro pelo menos na segunda metade do primeiro governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1997 e 2004 (os mais novos por voto facultativo). Desse modo, apesar de o cenário de seus primeiros anos de vida ser bastante negativo, sua politização se realizou no cenário da estabilização da moeda brasileira com o Plano Real. O marco comum desse grupo de jovens enquanto eleitores é a experiência do primeiro governo Lula.
- ❖ *26 a 34 anos:* esse grupo de pessoas nasceu entre os anos de 1972 e 1980 – no contexto da “distensão” e “abertura” do regime militar brasileiro – e votou pela primeira vez entre 1989 e 1996 (votos facultativos) – grupo que entra formalmente na vida política no (e após o) marco formal da implantação da democracia recente, qual seja, a eleição direta para presidente em 1989. Os mais velhos desse grupo são politizados no governo Sarney, acompanhando, sobretudo a constituinte e a promulgação da Constituição em 1988, e ingressam no eleitorado na campanha presidencial de 1989, a eleição e posse do presidente Fernando Collor de Mello, a crise ética e moral que marcou seu governo e a campanha por seu *impeachment*. Os mais novos do grupo são politizados sob o impacto do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, do Plano Real e da estabilização da moeda brasileira; esse é, aliás, o marco comum na formação dos valores políticos desse grupo de cidadãos.
- ❖ *35 a 44 anos:* nascidos entre 1962 e 1971 - implantação e auge do regime militar brasileiro, os indivíduos desse grupo ingressam no eleitorado entre os anos de 1980 e 1989 (votos obrigatórios). Os anos de suas primeiras aquisições políticas acompanham os sucessivos eventos finais da transição do regime militar à democracia, tais como a anistia política, a reforma partidária, a campanha pelas eleições presidenciais diretas em 1984 e sua derrota, a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio e posse de Sarney como presidente do país e a constituinte. A experiência política do governo Sarney e a eleição presidencial de 1989 é o denominador comum da inserção desse grupo no eleitorado.

---

<sup>21</sup> O recorte temporal das coortes fez parte da decisão metodológica do presente estudo. Embora arbitrário, tal recorte procurou reunir em cada coorte indivíduos com experiência políticas formativas mais ou menos homogêneas, ou seja, dividir os grupos de idade conforme grandes eventos político-institucionais brasileiros marcantes de seu ingresso na vida política.

- ❖ *45 a 59 anos*: nascidos entre 1947 e 1961 – período democrático pós-segunda guerra mundial - os mais velhos tiveram suas primeiras aquisições políticas nos eventos que antecederam o golpe militar – governo Jango, tido como comunista – enquanto os mais novos são politizados entre o auge e a abertura do regime militar. Eles ingressam no eleitorado entre 1965 e 1979 e os impactos da política distensionista e de abertura daquele regime são tomados aqui como os marcos formativos comuns desse grupo.
- ❖ *60 anos ou mais*: nascidos no máximo em 1946, os indivíduos desse grupo foram politizados sob os eventos do período democrático pós-guerra (por exemplo, a primeira tentativa de golpe militar nas eleições presidenciais de 1956 após o suicídio do presidente Vargas, governo JK, eleição de Jânio Quadros para presidência, que governa por sete meses e renuncia e a pressão para que Jango (vice de Jânio) não assumisse, pois era tido como comunista). Esses indivíduos ingressaram formalmente no eleitorado no máximo em 1964, juntamente com o início do regime militar.

### 3.1.1. Apresentação dos resultados para 2006

As questões selecionadas para esta análise foram: interesse por política; frequência de engajamento em discussões políticas; adesão voluntária ao voto, preferência por regimes políticos, opinião sobre os partidos políticos (“indispensáveis à democracia?”) e confiança nas instituições democráticas (governo federal, congresso nacional, partidos políticos, poder judiciário, forças armadas e polícia).

Embora seja quase um senso comum no Brasil que os jovens são alienados da vida política, trata-se de situação que diz respeito ao conjunto dos brasileiros: pelo menos  $\frac{3}{4}$  deles, independente da coorte de idade, são “pouco” ou “nada” interessados em política (Tabela 1).

*Tabela 1*  
*Interesse por política por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muito</i>	3,7	4,7	5,5	4,9	4,9	4,5	4,9
<i>Interessado</i>	18,5	21,1	14,0	15,9	14,6	16,2	16,4
<i>Pouco</i>	44,4	47,4	48,0	44,9	48,0	40,4	46,1
<i>Nada</i>	33,3	26,8	32,5	34,4	32,5	38,9	32,6
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quando perguntados sobre a frequência com que conversam sobre política com amigos (Tabela 2), essa é, em todas as coortes, bastante baixa em todas as coortes de idade, não havendo um padrão definido entre esse hábito e a coorte de idade: embora pelo menos 70% “nunca” ou “quase nunca” conversem sobre política e o grupo mais jovem (entre “16 e 17 anos”) seja o que menos tem essa atitude, é o grupo seguinte, ou seja, aquele com entre “18 a 25 anos” o que “mais” discute política (pouco mais de 30% conversam pelo menos “de vez em quando” sobre política).

Com relação à adesão voluntária ao voto (Tabela 3), terceiro indicador de envolvimento político aqui utilizado, os brasileiros mostraram-se bastante divididos. Apenas as duas coortes mais velhas revelaram tendências mais claras (e opostas): aqueles com entre “45 e 59 anos”, formados politicamente entre o auge e a abertura do regime militar, não votariam (57,2%); aqueles com “mais de 60 anos” que, por sua vez, foram formados politicamente no período democrático pós-guerra, votariam em sua maioria (59,5%)<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> Para os quatro grupos mais jovens, há uma divisão nas opiniões, ora favorável, ora contra o voto facultativo. Apenas uma pequena maioria do grupo entre 26 e 34 anos, formada politicamente no governo Fernando Henrique, votaria (52%).

*Tabela 2*  
*Frequência com que conversa sobre política por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muito frequentemente</i>	1,2	5,7	5,8	4,9	3,5	4,9	4,8
<i>Frequentemente</i>	19,8	25,6	22,7	24,8	20,2	22,1	23,0
<i>Quase nunca</i>	34,6	43,2	43,4	39,8	45,6	37,8	42,0
<i>Nunca</i>	44,4	25,6	28,2	30,6	30,6	35,2	30,3
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 3*  
*“Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições?”  
por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Sim</i>	48,7	49,7	52,0	48,9	42,8	59,5	49,8
<i>Não</i>	51,3	50,3	48,0	51,1	57,2	40,5	50,2
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Questionadas se os partidos são “indispensáveis à democracia” ou se “só servem para dividir as pessoas” (Tabela 4), todas as coortes de idade mostraram opinião negativa sobre os partidos, com pelo menos a metade dos entrevistados concordando com a segunda alternativa. Embora não seja observada associação entre as variáveis, é notável que, entre os mais jovens (“16-17anos”), mais de 70% respondam que os partidos servem apenas para dividir as pessoas enquanto, entre os mais velhos (“mais de 60 anos”), mais de 45% acreditam que os partidos são indispensáveis à democracia. Apesar dessa negatividade com relação ao funcionamento partidário, os entrevistados reconhecem sua importância ao sistema político, pois em torno de 2/3 deles discordaram “muito” ou “pouco” que “*O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político*” (Tabela 5). Os mais novos (“16-17 anos”) e os mais velhos (“mais de 60 anos”) foram os que menos discordaram da ideia de partido único no país. Pode-se dizer, então, que há um ligeiro aumento do apego à pluralidade partidária com o aumento da idade e da experiência política, apego que aumenta entre a coorte mais nova até aquela com entre “35 a 44 anos” – o que, mais ou menos, corresponde à coorte dos que se formaram politicamente sob os impactos dos eventos da implantação da democracia e ingressaram no eleitorado em 1989. Esse apego cai de modo crescente entre as duas coortes mais velhas. Ou seja, os mais jovens, formados politicamente na consolidação da democracia recente e os mais velhos, fruto da democracia pós-guerra, mostram-se menos intensos na rejeição de sistema de partido único (embora não seja demais ressaltar que não há diferença de opinião entre as coortes).

*Tabela 4*  
*“Os partidos políticos são...” por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>“Indispensáveis à democracia”</i>	29,3	37,9	35,8	37,3	38,0	45,3	38,0
<i>“Só servem para dividir as pessoas”</i>	70,7	62,1	64,2	62,7	62,0	54,7	62,0
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 5*  
Opinião sobre a frase: *O BRASIL SERIA BEM MELHOR SE EXISTISSE APENAS UM PARTIDO POLÍTICO* por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Concorda muito</i>	18,7	15,3	17,1	14,9	17,3	22,6	17,1
<i>Concorda pouco</i>	25,3	19,3	13,9	15,4	19,1	19,3	17,6
<i>Discorda muito</i>	26,7	23,0	14,4	18,3	19,3	18,9	19,1
<i>Discorda pouco</i>	29,3	42,3	54,6	51,4	44,3	39,1	46,2
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quando pedidos para avaliarem o funcionamento do regime democrático no país (Tabela 6), a maioria dos entrevistados se classificou como “pouco satisfeita”, percentual que, claramente diminuiu entre as coortes de idade mais velhas. Somados os percentuais negativos (“pouco” e “nada” satisfeitos), não houve, porém, associação entre as variáveis: os mais insatisfeitos foram aqueles com “26 a 34 anos”, seguidos dos mais novos (“16-17 anos” e “18 a 25 anos”). De todo modo, as coortes mais novas, politicamente formadas sob os efeitos dos vários eventos políticos da consolidação da democracia no Brasil e seus percalços, foram moderadamente mais negativas na avaliação de seu desempenho.

*Tabela 6*  
Satisfação com o funcionamento da democracia no país por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muito satisfeito</i>	1,3	3,5	1,2	4,0	1,9	4,4	2,8
<i>Satisfeito</i>	17,5	15,4	13,2	17,1	20,4	30,2	18,3
<i>Pouco satisfeito</i>	57,5	53,8	50,6	49,0	49,0	38,1	49,3
<i>Nada satisfeito</i>	23,8	27,3	35,0	30,0	28,6	27,4	29,6
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Apesar dessa insatisfação, pelo menos  $\frac{3}{4}$  dos brasileiros discordaram “muito” ou “pouco” que “*O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder*” (Tabela 7). A rejeição ao retorno dos militares associou-se, mais ou menos, às coortes de idade: os mais novos foram os que rejeitaram de modo moderadamente mais intenso um governo militar: a rejeição cresceu entre as três coortes mais novas, sofrendo uma ligeira queda a partir de então. foi notável,então, que a coorte “26 a 34 anos”, politizada sob os efeitos do Plano Real e da estabilização da moeda brasileira, a mais insatisfeita com o funcionamento da democracia, também apresentou a maior rejeição de um possível retorno militar ao poder (80,8%).

*Tabela 7*  
Opinião sobre a frase: *O PAÍS FUNCIONARIA MELHOR SE OS MILITARES VOLTASSEM AO PODER* por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Concorda muito</i>	13,5	7,9	8,3	11,2	14,6	15,1	11,3
<i>Concorda pouco</i>	9,5	13,2	10,9	13,0	13,6	12,7	12,6
<i>Discorda muito</i>	18,9	17,2	12,8	11,2	17,4	15,1	14,9
<i>Discorda pouco</i>	58,1	61,6	68,0	64,5	54,3	57,0	61,2
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Corroborando esse resultado, quando pedidos para escolher uma das 3 frases seguintes: “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” e “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”, pelo menos 2/3 dos entrevistados de todas as coortes de idade optaram pela democracia (Tabela 9). Apesar de uma oscilação entre as faixas “36 a 44 anos” e “45 a 59 anos”(com a primeira aderindo mais do que a segunda), houve ligeiro aumento na preferência pela democracia com o aumento da idade, mas isso não significa que os mais jovens tenham se mostrado, comparativamente aos demais, menos envolvidos com o regime democrático pois, apenas o grupo mais velho (“mais de 60 anos”), socializado no período democrático pós-guerra, aderiu em proporções significativamente maiores do que às demais coortes de idade ao regime democrático.

Apenas o grupo com entre “45 e 59 anos” - formado politicamente no período da “abertura” do regime militar brasileiro - acreditou, em segundo lugar, que, sob certas circunstâncias, era preferível uma ditadura. Após o aumento claro entre as faixas “36 a 44 anos” e “45 a 59 anos” na adesão à ditadura, houve também uma queda bastante acentuada nessa opção na faixa seguinte, com aqueles com “mais de 60 anos” aceitando menos a ditadura, mesmo que apenas em circunstâncias excepcionais.

Com relação à escolha da terceira frase (“Tanto faz se o governo é...”), pode-se dizer que a indiferença é ecoada pelos mais jovens: em torno de 20% ou mais dos dois grupos mais novos (“16-17 anos” e “18 a 25 anos”) escolheram essa opção, percentual que decresceu significativamente com o aumento da idade dos entrevistados (a diferença entre a coorte mais nova e a mais velha foi de 10 pontos percentuais).

*Tabela 8*  
*“Com qual dessas afirmações você concorda mais...” por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>“A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”</i>	64,5	64,2	68,4	70,6	64,2	77,2	68,1
<i>“Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura...”</i>	13,2	14,8	12,4	13,2	18,6	10,8	14,2
<i>“Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”</i>	22,4	21,0	19,2	16,2	17,2	12,0	17,7
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por fim, os índices de desconfiança nas instituições democráticas (governo federal, Congresso Nacional, Poder Judiciário, polícia e partidos políticos) são intensos e, em seu conjunto, atravessam as várias coortes de idade<sup>23</sup>. Ainda assim, houve diminuições significativas daqueles índices com o aumento da coorte de idade dos entrevistados, ou seja, os mais jovens mostraram-se mais desconfiados (Tabelas 9 a 14).

<sup>23</sup> A exceção são as Forças Armadas, que são confiadas pela maioria dos brasileiros (apenas a coorte “16-17 anos” desconfia delas).



*Tabela 9*  
*Grau de Confiança no GOVERNO FEDERAL por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	7,4	4,7	3,6	6,1	6,1	9,8	5,9
<i>Alguma</i>	19,8	23,8	25,4	29,7	32,0	35,7	28,5
<i>Pouca</i>	50,6	44,2	42,0	40,4	40,0	32,3	40,8
<i>Nenhuma</i>	22,2	27,3	29,0	23,8	21,9	22,2	24,9
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 10*  
*Grau de Confiança no CONGRESSO NACIONAL por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	10,0	3,3	2,7	3,4	5,2	9,6	4,7
<i>Alguma</i>	18,8	18,8	18,2	23,7	26,4	29,1	22,6
<i>Pouca</i>	41,3	49,5	49,6	45,1	43,0	42,1	45,9
<i>Nenhuma</i>	30,0	28,5	29,4	27,8	25,4	19,2	26,7
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 11*  
*Grau de Confiança no PODER JUDICIÁRIO por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	12,3	8,7	9,4	10,5	12,3	15,4	11,0
<i>Alguma</i>	23,5	33,2	28,9	35,0	35,4	38,1	33,4
<i>Pouca</i>	48,1	43,1	48,0	37,9	41,3	36,2	42,0
<i>Nenhuma</i>	16,0	15,0	13,7	16,6	11,1	10,4	13,7
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 12*  
*Grau de Confiança nos PARTIDOS POLÍTICOS por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	4,9	1,2	0,5	1,9	1,6	5,7	2,1
<i>Alguma</i>	14,8	13,5	12,9	18,4	21,2	20,1	16,9
<i>Pouca</i>	45,7	47,9	47,1	40,5	40,0	46,2	44,2
<i>Nenhuma</i>	34,6	37,4	39,6	39,1	37,2	28,0	36,8
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 13*  
*Grau de Confiança na POLÍCIA por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	14,8	6,9	6,3	7,1	10,3	13,3	8,7
<i>Alguma</i>	27,2	26,8	28,0	29,0	30,5	34,8	29,4
<i>Pouca</i>	46,9	43,4	44,6	44,8	43,7	36,4	43,2
<i>Nenhuma</i>	11,1	22,8	21,2	19,2	15,5	15,5	18,8
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 14*  
*Grau de Confiança nas FORÇAS ARMADAS por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	17,5	15,7	19,3	22,7	24,2	26,9	21,3
<i>Alguma</i>	26,3	42,6	39,1	38,9	41,3	41,5	40,1
<i>Pouca</i>	40,0	30,7	31,4	30,1	25,4	22,3	28,9
<i>Nenhuma</i>	16,3	11,0	10,1	8,3	9,0	9,2	9,8
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A observação geral a ser feita sobre os dados de envolvimento político, adesão à democracia e confiança em suas instituições para 2006 é que não há diferenças marcantes entre as coortes de idade, apesar dos diferentes contextos em que tais coortes/gerações tiveram suas primeiras aquisições políticas. Assim, acompanhando os achados de Mishler e Rose (2006), a hipótese aqui explorada é que, depois de vinte anos de regime democrático recente, as experiências políticas das distintas coortes de idade homogeneizaram-se. Vale dizer, os cidadãos, em seu conjunto, avaliam a democracia com base em seu próprio desempenho político e econômico e no desempenho de suas próprias instituições, e não, no caso dos cidadãos provenientes das coortes que foram formadas politicamente no regime militar brasileiro, com base no legado desse último. Para verificar o impacto do avanço temporal do regime democrático sobre os valores políticos das distintas coortes de cidadãos, são apresentados, na sequência, dados de survey nacional para 1993.

### **3.2. Envolvimento político-democrático em 1993**

Seguindo o estudo para 2006, começo esta seção delineando as coortes de idade utilizadas e os principais eventos associados a seus anos formativos de modo a traçar suas diferenças relativas ao contexto institucional de introduções à política:

#### **Coortes para 1993**

- ❖ *16 e 17 anos*: nascidos em 1976 e 1977, segunda metade do governo Geisel e crescimento da oposição ao regime militar, crescem no contexto da transição do regime militar e têm seu primeiro voto (facultativo) em 1992 e 1993; seus anos de formação política e ingresso no eleitorado mais ou menos coincidem, marcados pela eleição, posse e *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello.
- ❖ *18 a 25 anos*: nascidos entre 1968 e 1975, maior período de repressão, seguido pelo início da distensão do regime militar, ingressam no eleitorado entre os anos de 1986 e 1991 (voto facultativo) ou 1993 (voto obrigatório). Suas primeiras aquisições políticas acompanham os eventos da democratização brasileira: os mais velhos se formam no contexto da campanha pelas eleições diretas; os mais novos na campanha eleitoral de 1989 e governo Collor. Em comum, esses indivíduos têm a experiência política das eleições de 1989 e, em seguida, já como eleitores, pelo menos acompanham o movimento dos jovens “cara-pintadas” pela derrubada daquele presidente.
- ❖ *26 a 34 anos*: nascidos entre 1959 e 1967, esses indivíduos votam pela primeira vez entre os anos de 1977 e 1985. Antes disso, a politização dos mais velhos acompanha a distensão do regime militar, enquanto os mais jovens formam-se politicamente já no cenário da formação dos novos partidos e, em seguida, da campanha pelas eleições diretas. Esse último cenário é, aliás, a experiência politizadora comum dessa coorte.
- ❖ *35 a 44 anos*: nascidos entre 1949 e 1958, esses indivíduos são formados politicamente pelos eventos da implantação e endurecimento do regime militar, votando pela primeira vez entre os anos de 1967 e 1976. Os mais velhos são impactados pelo golpe militar, enquanto os mais novos têm seus anos formativos no auge da ditadura (repressão, mas também pelo milagre econômico, seguido da crise econômica e início da política distensionista do governo Geisel, marcada por avanços e recuos do regime e do crescimento da oposição política). Esse é o denominador comum da politização dessa coorte.
- ❖ *45 a 59 anos*: nascidos entre 1934 e 1948 - anos atravessados pelo primeiro governo Vargas e pela ditadura desse presidente (1937 a 1945) e sua queda após a segunda guerra mundial-, essa coorte ingressa no eleitorado entre 1952 e 1966. Os mais velhos formam-se politicamente sob o segundo governo Vargas, dessa vez eleito democraticamente; os mais jovens são formados pelos eventos do governo Jango e conjuntura que antecede o regime militar. A conjuntura das reformas de base e agrária e a suposta ameaça comunista do governo Jango e a implantação do regime militar são os eventos marcantes que marcam a politização dessa coorte.

- ❖ *60 anos ou mais*: nascidos em 1933 ou antes, os indivíduos desse grupo tiveram suas primeiras aquisições políticas no período democrático pós-segunda guerra mundial (1946-1964) e votaram pela primeira vez no máximo em 1951. Essa experiência político-democrática marca, portanto, seus anos formativos.

### 3.1.2. Apresentação dos resultados para 1993

De modo a comparar os resultados para 2006 com os dados para 1993, as questões selecionadas para este anos para esta análise foram as mesmas, a saber: interesse por política; frequência de engajamento em discussões políticas; adesão voluntária ao voto, preferência por regimes políticos, opinião sobre os partidos políticos (“indispensáveis à democracia?”) e confiança nas instituições democráticas (governo federal, deputados e senadores, partidos políticos, poder justiça e juízes, militares e polícia).

Em torno de ¾ dos entrevistados, de todas as coortes de idade, já era “pouco” ou “nada” interessada em política, mas, nesse caso, delineava-se um discreto aumento nesse desinteresse comparando-se as coortes mais nova e mais velha (Tabela 15).

Por volta da metade dos entrevistados não conversava sobre política (soma das respostas “raramente” e “nunca”)<sup>24</sup>. O hábito de conversar sobre política era um pouco melhor nas três coortes mais novas (“16-17 anos”, “18 a 25 anos” e “26 a 34 anos”) e caía um pouco a partir desta coorte, sendo que as duas coortes mais velhas eram as que menos conversavam sobre política - esboçava-se, portanto, um desenho curvilíneo entre as coortes de idade do hábito de conversar sobre política (Tabela 16).

No geral, pouco mais da metade dos entrevistados votaria se o voto fosse facultativo (Tabela 17). Observando-se os resultados por coortes de idade, houve uma queda na adesão voluntária ao voto com o aumento da idade até a coorte “45 a 59 anos”: as duas coortes mais jovens votariam; aqueles que se formaram politicamente sob os eventos da campanha pela eleição direta mostraram-se os mais divididos na adesão ao voto facultativo; nas coortes “35 a 44 anos” e “45 a 59 anos” pequenas majorias não votariam se não fossem obrigadas e, por fim, a coorte mais velha, formada no período democrático pós-guerra, aderiria voluntariamente ao voto (54,5%).

*Tabela 15*  
*Interesse por política por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muito</i>	10,0	11,6	10,7	13,4	10,8	12,7	11,6
<i>Interessado</i>	17,5	15,5	15,4	14,6	15,1	9,6	14,8
<i>Pouco</i>	50,0	49,4	46,3	38,9	36,3	35,8	43,2
<i>Nada</i>	22,5	23,6	27,6	33,1	37,7	41,9	30,4
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 16*  
*Frequência com que conversa sobre política por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Frequentemente</i>	14,5	20,6	22,6	25,7	20,9	18,5	21,7
<i>Algumas vezes</i>	33,7	32,9	33,2	27,7	23,5	24,1	29,6
<i>Raramente</i>	19,3	23,2	21,3	20,5	19,0	20,3	21,1
<i>Nunca</i>	32,5	23,3	23,0	26,1	36,6	37,1	27,6
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>24</sup> Há que destacar que as perguntas são um pouco diferentes, por isso as respostas para 1993 são pouco menos negativas do que para 2006.

Tabela 17

“Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições?” por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Sim</i>	66,3	55,0	49,5	48,1	48,8	54,5	51,6
<i>Não</i>	33,7	45,0	50,5	51,9	51,2	45,5	48,4
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Todas as coortes de idade, em sua maioria, já concordavam que os partidos “só servem para dividir as pessoas” e não que são “indispensáveis à democracia” (Tabela 18). Embora não tenha se esboçado associação entre as variáveis, houve diminuição mais ou menos progressiva do percentual dos que acreditavam na primeira alternativa para caracterizar os partidos até a coorte “35-44 anos”, índice que subiu novamente nas duas coortes mais velhas (equiparando-se às coortes mais novas).

Quando perguntados se concordavam com a frase “*O Brasil seria bem melhor se só existisse um partido político*”, em torno da metade dos entrevistados discordavam “muito” ou “pouco”, e, com exceção da coorte de idade “18-25 anos”, observou-se uma queda na discordância com o aumento da coorte de idade dos entrevistados (Tabela 19). Aliás, as duas coortes mais velhas, formadas politicamente sob o início do regime militar e a democracia pós-guerra, respectivamente, de fato, concordaram que a situação do país melhoraria se houvesse apenas um partido político.

Tabela 18

“Os partidos políticos são...” por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>“Indispensáveis à democracia”</i>	38,2	40,0	41,9	45,7	37,9	41,0	41,3
<i>“Só servem para dividir as pessoas”</i>	61,8	60,0	58,1	54,3	62,1	59,0	58,7
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 19

Opinião sobre a frase: O BRASIL SERIA BEM MELHOR SE EXISTISSE APENAS UM PARTIDO POLÍTICO por Coortes de Idade (%)

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Concorda muito</i>	25,3	35,6	31,8	39,0	43,1	42,4	36,8
<i>Concorda pouco</i>	13,9	12,7	12,8	10,8	10,4	13,1	12,0
<i>Discorda muito</i>	46,8	39,5	43,4	41,2	35,8	31,8	39,8
<i>Discorda pouco</i>	13,9	12,2	12,1	8,9	10,6	12,6	11,4
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Em 1993, a maioria dos entrevistados já se afirmava “pouco” satisfeita com o funcionamento do regime democrático no país. Somados os percentuais negativos (“pouco” ou “nada” satisfeitos) por coortes de idade, o desenho observado é similar ao observado em 2006: ligeiro aumento na insatisfação entre as três coortes mais novas (“16-17 anos”; “18-25 anos” e “26-34 anos”) e queda progressiva nessa insatisfação entre as coortes seguintes. Pode-se dizer, então, que os mais jovens, formados politicamente pelo regime democrático, eram os mais insatisfeitos, sendo que a coorte “26-34 anos”, introduzida no eleitorado brasileiro desde a campanha pelas “Diretas Já”, parecia a mais frustrada com o desempenho do regime democrático recente (Tabela 20).

Como em 2006, apesar da insatisfação com o funcionamento da democracia, em torno de 70% dos entrevistados de todas as coortes discordavam “muito” ou “pouco” que “*O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder*” (Tabela 21). As variáveis mostraram-se

associadas, com significativa diminuição na discordância com o aumento da coorte (a partir da coorte “35-44 anos”, essa discordância caiu para apenas pouco mais de 50% dos entrevistados).

*Tabela 20*  
*Satisfação com o funcionamento da democracia no país por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muito satisfeito</i>	2,5	4,6	4,4	11,9	8,6	16,0	7,6
<i>Satisfeito</i>	27,5	26,0	20,6	21,4	23,4	23,5	23,2
<i>Pouco satisfeito</i>	47,5	45,2	49,2	39,4	39,3	35,7	43,3
<i>Nada satisfeito</i>	22,5	24,1	25,8	27,3	28,6	24,9	25,9
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 21*  
*Opinião sobre a frase: O PAÍS FUNCIONARIA MELHOR SE OS MILITARES VOLTASSEM AO PODER por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Concorda muito</i>	21,1	18,8	24,1	29,3	34,4	32,5	25,8
<i>Concorda pouco</i>	10,5	12,9	13,8	17,3	15,1	16,2	14,5
<i>Discorda muito</i>	55,3	51,9	42,7	40,0	38,0	42,4	44,4
<i>Discorda pouco</i>	13,2	16,5	19,3	13,4	12,6	8,9	15,2
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Também, quando pedidos para escolher uma das 3 frases seguintes: “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” e “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” (Tabela 22), pelo menos 2/3 dos entrevistados de todas as coortes optaram pela democracia; embora as variáveis também não tenham se mostrado associadas, já se notava um discreto aumento nessa preferência entre as coortes mais velhas. O 1/3 restante dos entrevistados aparece dividido entre a opção pela ditadura e a indiferença, sendo que o regime ditatorial tendia a ser escolhido pelas coortes mais velhas e o “tanto faz” pelas coortes mais novas (nesse caso, houve clara diminuição nessa indiferença com o aumento da coorte de idade).

*Tabela 22*  
*“Com qual dessas afirmações você concorda mais...” por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>“A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”</i>	66,7	66,9	65,7	68,6	71,1	69,8	67,8
<i>“Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura...”</i>	14,7	15,1	17,1	16,3	16,1	17,0	16,1
<i>“Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”</i>	18,7	18,0	17,2	15,1	12,8	13,2	16,1
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Finalmente, a desconfiança nas instituições democráticas também já era generalizada: em torno de 70% confiavam “pouco” ou “nada” nos partidos políticos e nos deputados e senadores e quase 2/3 confiavam “pouco” ou “nada” no governo, na polícia e nos militares. Com exceção da desconfiança nos partidos políticos, cujos índices oscilavam entre as coortes de idade, também foi

observada associação entre as variáveis, com os índices de desconfiança decrescendo com o aumento das coortes de idade. Em relação à justiça, em geral, os entrevistados desconfiavam dela mas, essa desconfiança claramente diminuía entre as primeiras coortes adultas (a partir da faixa “35-44 anos”), mais da metade dos entrevistados, de fato, confiavam “até certo ponto” e “totalmente” na justiça).

*Tabela 23*  
*Grau de Confiança nos MILITARES por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Muita</i>	5,1	7,9	8,1	9,8	17,6	22,1	11,1
<i>Alguma</i>	21,5	22,0	25,8	30,0	30,7	29,6	26,5
<i>Pouca</i>	40,5	40,9	38,1	34,7	28,1	31,9	36,1
<i>Nenhuma</i>	32,9	29,2	28,0	25,5	23,6	16,4	26,3
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 24*  
*Grau de Confiança na POLÍCIA por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Totalmente</i>	8,6	6,7	5,8	8,8	14,8	18,1	9,3
<i>Até certo ponto</i>	21,0	24,1	26,7	28,5	31,4	30,8	27,3
<i>Pouco</i>	34,6	42,1	39,1	33,9	28,7	28,1	36,0
<i>Nada</i>	35,8	27,0	28,4	28,7	25,1	23,1	27,3
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 25*  
*Grau de Confiança na JUSTIÇA E JUÍZES por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Totalmente</i>	17,3	15,8	12,7	17,0	23,1	29,0	17,8
<i>Até certo ponto</i>	28,4	29,0	33,0	34,9	31,1	29,9	31,5
<i>Pouco</i>	37,0	41,9	35,3	31,2	27,7	24,9	34,1
<i>Nada</i>	17,3	13,4	18,9	16,8	18,2	16,3	16,6
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 26*  
*Grau de Confiança nos PARTIDOS POLÍTICOS por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Totalmente</i>	3,7	2,1	2,1	3,3	6,5	10,3	3,8
<i>Até certo ponto</i>	24,7	25,3	29,2	26,0	29,1	22,4	26,7
<i>Pouco</i>	38,3	39,1	38,3	32,2	30,6	31,8	35,5
<i>Nada</i>	33,3	33,5	30,4	38,5	33,8	35,5	34,0
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 27*  
*Grau de Confiança nos DEPUTADOS E SENADORES por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Totalmente</i>	6,2	2,8	3,1	5,7	8,4	13,1	5,4
<i>Até certo ponto</i>	17,3	21,0	24,1	27,9	27,5	25,7	24,5
<i>Pouco</i>	43,2	40,3	39,5	34,5	32,5	34,1	37,2
<i>Nada</i>	33,3	35,9	33,3	31,9	31,5	27,1	32,9
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Tabela 28*  
*Grau de Confiança no GOVERNO FEDERAL por Coortes de Idade (%)*

	16- 17	18 a 25	26 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou +	Total linha
<i>Totalmente</i>	6,2	4,0	4,5	7,4	12,5	19,5	7,7
<i>Até certo ponto</i>	18,5	25,0	29,2	33,2	33,8	33,0	29,6
<i>Pouco</i>	44,4	42,7	40,4	33,2	28,9	29,0	36,8
<i>Nada</i>	30,9	28,3	25,9	26,3	24,8	18,6	25,9
<i>Total coluna</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os dados ora apresentados para 1993 sobre o envolvimento político e adesão à democracia e suas instituições representativas, já analisados por Moisés (1995), reforçam a ideia segundo a qual os valores políticos das coortes de jovens formados em períodos distintos da transição à democracia brasileira recente, em seu conjunto, não diferem, significativamente, daqueles das coortes mais velhas, que têm, pelo menos, a experiência política do regime militar. Há apenas diferenças de intensidade em algumas opiniões, sobretudo quanto à rejeição do retorno dos militares ao poder, quando os valores e atitudes das coortes de idade de cada período são comparados entre si. Ao mesmo tempo, as diferenças dos dados para 1993 e 2006 em seu conjunto parecem responder a diferentes efeitos de cada período, mas que incidem, grosso modo, de modo indiferenciado sobre as distintas coortes de idade (sobretudo em 2006, dado o avanço das instituições democráticas no tempo). Para explorar essa ideia, cumpre agora realizar procedimento analítico adicional, que é projetar os valores das coortes de idade ora apresentados para 1993 nos dados referentes a 2006.

Esse procedimento, esboçado na próxima seção deste texto - de modo preliminar e usando as questões estritamente comparáveis nas duas pesquisas -, procura observar se e como, em nível agregado, os valores políticos das coortes modificam-se com seu envelhecimento ou em resposta a efeitos do período, ou ainda, se os valores adquiridos na primeira socialização política perduram através do tempo apesar do envelhecimento e das mudanças políticas (hipótese geracional).

#### 4. “Evolução” dos valores e atitudes das coortes entre 1993 e 2006

As Tabelas 29 a 41, a seguir, projetam as coortes de 1993, apresentadas na seção anterior, na pesquisa de 2006 com o intuito de estabelecer uma primeira comparação dos valores e atitudes políticas de mesmas coortes de idade conforme elas avançam em seu ciclo de vida político e no processo institucional democrático brasileiro. Trata-se de observar se os eventos políticos dos dois momentos - 1993 e 2002 - da democracia brasileira têm efeitos distintos sobre as coortes em seu amadurecimento, ou seja, se seus valores modificam-se entre um ponto e outro do tempo de modos distintos entre si (efeitos da idade), permanecem os mesmos (efeitos geracionais) ou se mudam em modos semelhantes (efeitos do período / cenário institucional).

Em cada tabela, a observação dos dados por linhas permite comparar as mesmas coortes nos dois pontos no tempo e a comparação da tabela em seu conjunto fornece pistas para possíveis explicações das diferenças ou semelhanças entre as coortes.

*Tabela 29*  
*DESINTERESSE POR POLÍTICA*  
*(% dos que responderam ter “POUCO” ou “NADA” sobre quanto interesse têm por política)*

1993		2006		
		16-17 anos	77,7	
		18 a 28 anos	77,3	
16-17 anos	72,5	↔	29-30 anos	83,3
18 a 25 anos	73,0	↔	31 a 38 anos	77,2
26 a 34 anos	73,9	↔	39 a 47 anos	78,1
35 a 44 anos	72,0	↔	48 a 57 anos	82,7
45 a 59 anos	74,0	↔	58 a 72 anos	79,0
60 anos ou mais	77,7	↔	73 anos ou mais	79,4
<i>Total</i>	73,6	↔	<i>Total</i>	78,7

Tabela 30  
 VOTARIA SE O VOTO NÃO FOSSE OBRIGATÓRIO (% dos que responderam “sim”)

1993		2006	
		16-17 anos	48,7
		18 a 28 anos	51,5
16-17 anos	66,3	↔	29-30 anos 48,3
18 a 25 anos	55,0	↔	31 a 38 anos 51,8
26 a 34 anos	49,5	↔	39 a 47 anos 44,5
35 a 44 anos	48,1	↔	48 a 57 anos 40,7
45 a 59 anos	48,8	↔	58 a 72 anos 58,6
60 anos ou mais	54,5	↔	73 anos ou mais 59,6
Total	51,6	↔	Total 49,8

Tabela 31  
 CONCORDÂNCIA COM A FRASE:  
 “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo” (%)

1993		2006	
		16-17 anos	64,5
		18 a 28 anos	65,3
16-17 anos	66,7	↔	29-30 anos 70,5
18 a 25 anos	66,9	↔	31 a 38 anos 70,1
26 a 34 anos	65,7	↔	39 a 47 anos 69,5
35 a 44 anos	68,6	↔	48 a 57 anos 60,4
45 a 59 anos	71,1	↔	58 a 72 anos 76,4
60 anos ou mais	69,8	↔	73 anos ou mais 73,7
Total	67,8	↔	Total 68,1

Tabela 32  
 CONCORDÂNCIA COM A FRASE:  
 “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” (%)

1993		2006	
		16-17 anos	13,2
		18 a 28 anos	14,6
16-17 anos	14,7	↔	29-30 anos 8,0
18 a 25 anos	15,1	↔	31 a 38 anos 11,5
26 a 34 anos	17,1	↔	39 a 47 anos 16,4
35 a 44 anos	16,3	↔	48 a 57 anos 19,2
45 a 59 anos	16,1	↔	58 a 72 anos 11,8
60 anos ou mais	17,0	↔	73 anos ou mais 12,3
Total	16,1	↔	Total 14,2

Tabela 33  
 CONCORDÂNCIA COM A FRASE:  
 “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura” (%)

1993		2006	
		16-17 anos	22,4
		18 a 28 anos	20,1
16-17 anos	18,7	↔	29-30 anos 21,6
18 a 25 anos	18,0	↔	31 a 38 anos 18,4
26 a 34 anos	17,2	↔	39 a 47 anos 14,1
35 a 44 anos	15,1	↔	48 a 57 anos 20,4
45 a 59 anos	12,8	↔	58 a 72 anos 11,8
60 anos ou mais	13,2	↔	73 anos ou mais 14,0
Total	16,1	↔	Total 17,7



Tabela 34

*POUCO + NADA SATISFEITOS com o funcionamento da democracia no Brasil (%)\**

1993		2006	
		16-17 anos	81,3
		18 a 28 anos	83,1
16-17 anos	70,0	↔	29-30 anos 90,0
18 a 25 anos	69,3	↔	31 a 38 anos 79,3
26 a 34 anos	75,0	↔	39 a 47 anos 79,7
35 a 44 anos	66,7	↔	48 a 57 anos 78,0
45 a 59 anos	67,9	↔	58 a 72 anos 70,0
60 anos ou mais	60,6	↔	73 anos ou mais 50,9
Total	69,2	↔	Total 78,9

\* A diferença para 100% é a soma dos “Muito satisfeitos” e “Satisfeitos”

Tabela 35

*DISCORDAM MUITO OU POUCO DA FRASE:**“O país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder”(%)*

1993		2006	
		16-17 anos	77,0
		18 a 28 anos	79,5
16-17 anos	68,5	↔	29-30 anos 85,5
18 a 25 anos	68,4	↔	31 a 38 anos 77,8
26 a 34 anos	62,0	↔	39 a 47 anos 75,1
35 a 44 anos	53,4	↔	48 a 57 anos 71,3
45 a 59 anos	50,6	↔	58 a 72 anos 71,4
60 anos ou mais	51,3	↔	73 anos ou mais 67,3
Total	59,6	↔	Total 76,1

Tabela 36

*DISCORDAM MUITO OU POUCO DA FRASE:**“O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político”(%)*

1993		2006	
		16-17 anos	56,0
		18 a 28 anos	66,4
16-17 anos	60,7	↔	29-30 anos 72,9
18 a 25 anos	51,7	↔	31 a 38 anos 69,4
26 a 34 anos	55,5	↔	39 a 47 anos 68,7
35 a 44 anos	50,1	↔	48 a 57 anos 63,2
45 a 59 anos	46,4	↔	58 a 72 anos 59,3
60 anos ou mais	44,4	↔	73 anos ou mais 47,5
Total	51,2	↔	Total 65,3

Tabela 37

*Desconfiam do governo federal (%) – soma respostas CONFIAM “Pouco” ou “Nada”*

1993		2006	
		16-17 anos	72,8
		18 a 28 anos	71,7
16-17 anos	75,3	↔	29-30 anos 73,3
18 a 25 anos	71,0	↔	31 a 38 anos 68,6
26 a 34 anos	66,3	↔	39 a 47 anos 59,4
35 a 44 anos	59,5	↔	48 a 57 anos 64,5
45 a 59 anos	53,7	↔	58 a 72 anos 57,9
60 anos ou mais	47,6	↔	73 anos ou mais 47,6
Total	62,7	↔	Total 65,7

Tabela 38

Desconfiam do *congresso nacional* (%)– soma respostas CONFIAM “Pouco” ou “Nada”

1993		2006	
		16-17 anos	71,3
		18 a 28 anos	77,8
16-17 anos	76,5	29-30 anos	78,9
18 a 25 anos	76,2	31 a 38 anos	76,5
26 a 34 anos	72,8	39 a 47 anos	72,1
35 a 44 anos	66,4	48 a 57 anos	69,7
45 a 59 anos	64,0	58 a 72 anos	60,9
60 anos ou mais	61,2	73 anos ou mais	60,6
Total	70,1	Total	72,6

Tabela 39

Desconfiam do *poder judiciário* (%)– soma respostas CONFIAM “Pouco” ou “Nada”

1993		2006	
		16-17 anos	64,1
		18 a 28 anos	59,1
16-17 anos	54,3	29-30 anos	57,8
18 a 25 anos	55,3	31 a 38 anos	59,2
26 a 34 anos	54,2	39 a 47 anos	53,2
35 a 44 anos	48,0	48 a 57 anos	54,2
45 a 59 anos	45,9	58 a 72 anos	45,2
60 anos ou mais	41,2	73 anos ou mais	52,5
Total	50,7	Total	55,7

Tabela 40

Desconfiam das *forças armadas* (%)– soma respostas CONFIAM “Pouco” ou “Nada”

1993		2006	
		16-17 anos	56,3
		18 a 28 anos	42,3
16-17 anos	73,4	29-30 anos	37,1
18 a 25 anos	70,1	31 a 38 anos	40,2
26 a 34 anos	66,1	39 a 47 anos	37,2
35 a 44 anos	60,2	48 a 57 anos	34,8
45 a 59 anos	51,7	58 a 72 anos	32,4
60 anos ou mais	48,3	73 anos ou mais	27,1
Total	62,4	Total	38,7

Tabela 41

Desconfiam dos *partidos políticos* (%)– soma respostas CONFIAM “Pouco” ou “Nada”

1993		2006	
		16-17 anos	80,3
		18 a 28 anos	85,7
16-17 anos	71,6	29-30 anos	87,8
18 a 25 anos	72,6	31 a 38 anos	82,2
26 a 34 anos	68,7	39 a 47 anos	80,2
35 a 44 anos	70,7	48 a 57 anos	76,0
45 a 59 anos	64,4	58 a 72 anos	76,4
60 anos ou mais	67,3	73 anos ou mais	68,2
Total	69,5	Total	81,0

Em geral, as variações nos dados nos dois momentos se estabelecem nas várias coortes quanto ao interesse por política e à adesão voluntária ao voto: conforme as coortes passam de um momento ao outro se mostram mais desinteressadas na política e menos aderidas ao voto (Tabelas 29 e 30). A variação na concordância com o retorno dos militares ao poder e com um sistema de

partido único também afeta todas as coortes do mesmo modo, mas, nesses casos, a concordância diminui entre 1993 e 2006 (Tabelas 35 e 36).

Com relação à preferência por regimes políticos (Tabelas 31 a 33), há discreto aumento na escolha da democracia nas coortes (exceto coorte “35-44 anos” → “48-57 anos”). Essa preferência pela democracia é seguida pelo aumento da insatisfação com seu funcionamento (Tabela 34), que acompanha as várias coortes entre os dois momentos (nesse caso, o aumento da insatisfação em 2006 - comparada a 1993 - é mais intenso nas duas coortes mais novas de 1993).

Finalmente, a variação da desconfiança nas instituições representativas (governo federal, congresso nacional, partidos políticos, poder judiciário e forças armadas) entre 1993 e 2006 é a única série de variáveis que afeta as coortes de modo um pouco diferente (Tabelas 37 a 41). As desconfianças dos partidos e dos militares são as que mais se destacam nessa variação e diferenciação, e em sentidos opostos: por um lado, entre os dois momentos, aumentou mais de 10pp a desconfiança nos partidos e foi na coorte “16-17 anos” → “29-30” anos que ela mais aumentou; por outro lado, no mesmo período, a desconfiança nos militares diminuiu bastante e foi novamente entre os mais jovens que ela diminuiu de modo mais significativo. Merece destaque ainda o comportamento da desconfiança no(s) governo(s) federal(is) entre as coortes nos dois momentos: ainda que a variação desta seja bastante discreta entre os momentos e entre as coortes e os mais jovens sejam, de fato, os mais desconfiados nos dois anos, é possível dizer que as três coortes mais jovens do primeiro momento (1993), em 2006, desconfiam um pouco menos do governo federal; entre as três coortes mais velhas do primeiro momento (1993), ao contrário, há um aumento, ou pelo menos manutenção, do índice de desconfiança do governo federal de 2006 em comparação ao de 1993.

## 5. Considerações Finais

Sem pretensão conclusiva neste momento, uma vez que a investigação ora apresentada ainda está em andamento, cumpre, para finalizar este texto, retomar as dimensões aqui trazidas para analisar o envolvimento político democrático dos jovens brasileiros à luz do envolvimento político das coortes de cidadãos mais velhas e “mais experientes”, pelo menos no tempo, no exercício formal da cidadania política. A questão que norteia essa análise é verificar como o cenário político democrático e as experiências sócio-culturais individuais impactam o envolvimento político dos jovens com a democracia (sua participação político-democrática; adesão ao regime democrático e a suas instituições e satisfação com seu funcionamento) no início de sua vida cidadã e os pressupostos teóricos aqui adotados fundam-se, de um lado, na abordagem da cultura política, segundo a qual os valores e preferências políticas individuais - fundamentais para o exercício da cidadania política e para a legitimidade do regime democrático - são formados através do processo de socialização política dos indivíduos, que começa na família e, por toda a vida, estabelece-se com a participação em outras instituições que fazem parte da vida social (escola, trabalho, mídia e nas próprias instituições políticas) e, de outro, nas teorias institucionais, que apontam para a importância da avaliação e julgamento decorrentes da experiência político-institucional na formação dos valores e atitudes para com o regime político, suas instituições e para o próprio envolvimento político dos indivíduos.

A presente análise foi iniciada pela descrição dos dados para 2006 e a análise bivariada desses dados sugeriu, em geral, não haver diferenças significativas nos valores políticos democráticos das “coortes de jovens” em comparação às coortes mais velhas. Acompanhando Mishler e Rose, a hipótese aqui introduzida foi que essa indistinção resulta de efeito do avanço (consolidação) do regime democrático<sup>25</sup>. Para desenvolver tal hipótese, está em andamento a análise comparativa dos valores políticos das coortes de idade em surveys para 2006 e para 1993. A escolha do survey de 1993 para comparação se deveu ao fato de este apresentar amostra e questões

---

<sup>25</sup> Ou seja, com o avanço do regime democrático no tempo, os cidadãos mais velhos, que viveram também, pelo menos o regime militar, passam a avaliar aquele com base no desempenho de suas próprias instituições. Ou seja, com o tempo a experiência política da democracia passa a ser analisada por ela mesma e não de modo retrospectivo e isso homogeneiza as diferentes coortes.

comparáveis aos dados destacados do survey de 2006. Ademais, os dois surveys foram realizados em momentos que permitem captar efeitos da implantação - 1993 - e consolidação - 2006 - da democracia brasileira recente. Primeiro, os jovens aqui destacados para 1993 tiveram suas primeiras aquisições políticas no primeiro governo eleito por eleição direta desde 1961 (os mais velhos deste grupo inclusive puderam participar desse pleito) - trata-se aqui do marco formal de implantação da democracia brasileira do período pós-1985; segundo, os jovens aqui destacados para 2006 tiveram suas primeiras aquisições políticas sob o primeiro governo Lula, que sinalizou a possibilidade real de alternância no poder, com a eleição de um governo da esquerda. Na sequência tanto de 1989 como de 2002, os respectivos grupos de jovens, em sua introdução no eleitorado, foram impactados pelas crises ética e moral que atingiram, respectivamente, os governos Collor e Lula, como já mencionado. Na hipótese geracional, principal alternativa ao que é aqui explorado, os grupos de indivíduos formados sob tais eventos políticos, enquanto gerações, deveriam mostrar as marcas de tais eventos em seus valores políticos, e essas os acompanhariam em seu envolvimento político posterior. Embora as considerações ora traçadas sejam ainda preliminares, os dados explorados para 1993 foram na mesma direção indicada para 2006, contrariando o suposto geracional. Em seguida, a “evolução” das coortes entre 1993 e 2006 sugeriu discretas mudanças de atitudes e valores ao longo do tempo e que essas, ao atingirem, na maior parte dos casos, as distintas coortes nas mesmas direção e intensidade, também não parecem também associadas aos seus ciclos de vida político ou às diferentes experiências políticas.

Os resultados até aqui encontrados permitem dizer que, ao contrário do senso comum propalado sobre a juventude brasileira, ela, em geral,

“...reflete as tendências e escolhas da maioria da sociedade de que faz parte. Nesse sentido, é mais correto dizer que a juventude atual (como a de ontem) está atenuada, e não alienada do meio em que está inserida”(VENTURI e BOKANI, *op. cit.*, p.359).

Isso não significa negar que as diferentes experiências políticas das coortes e seus distintos momentos no ciclo de vida política tenham impacto sobre seus valores políticos. Na continuidade deste estudo, cabe ainda realizar análises multivariadas com os dados para 1993 e 2006 para aprofundar o entendimento dos efeitos da consolidação do regime democrático sobre os valores políticos das coortes de cidadãos brasileiros, discriminando sobre que valores e coortes os efeitos do processo político-institucional podem incidir de modo mais intenso (e em quais a experiência política do regime militar das coortes mais velhas pode ainda fazer diferença). Nesse sentido, por exemplo, a maior desconfiança dos jovens em relação às instituições representativas (e a manutenção dessa desconfiança quando se observa a evolução dos valores das coortes entre 1993 e 2006 – conforme seção 4 deste texto) estaria refletindo seu contexto formativo no processo de implantação e consolidação da democracia brasileira recente, o qual, segundo Moisés (2008), fez com que a adesão à democracia brasileira prescindisse de suas principais instituições representativas: para os brasileiros, a democracia associa-se às eleições diretas e à solução de demandas econômicas, mas, de outro lado, é forte a crença de que a democracia pode existir sem partidos e sem congresso.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta (em coedição com a ANPOCS), 1994.
- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- \_\_\_\_\_. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.
- BARTELS, L. “A generational model of political learning”. Text prepared for presentation at the annual meeting of the American Political Science Association, San Francisco, Sept. 2001.
- BUTLER, D. e STOKES, D. *Political Change in Britain*. New York: St. Martin’s Press, 1969.
- CARDOSO, I. “A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol.17, nº2, nov.2005.
- EASTON, D. *A system analysis of political life*. New York: Willey Press, 1965.
- EASTON, D. and DENNIS, J. “The child’s acquisition of regime norms: political efficacy”. *American Political Science Review*, vol.61, nº1, mar.1967.
- INGLEHART, R. “The renaissance of political culture”. *American Political Science Review*, vol.82, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Postmodernization Erodes Respect for Authority, But Increases Support for Democracy”. In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KRISCHKE, P. “Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática”. In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- LINZ, J. e STEPAN, A. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- MENEGUELLO, R. “Reeleições: Do poder em dose dupla”. *Insight*, out.-dez.2006.
- \_\_\_\_\_. “Bases da Adesão Democrática: Brasil, 2002-2006”. Workshop on *Democracy and Citizen Distrust of Public Institutions: Brazil in Comparative Perspective*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.
- MILLER, W. “The Puzzle Transformed: Explaining Declining Turnout”. *Political Behavior*, vol.14, nº1, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Mudanças geracionais e identificação partidária”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. III, nº3, dezembro 1995.
- MISCHE, A. “De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº5 e 6, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MISHLER, W. and ROSE, R. “Trajectories of Fear and Hope. Support for Democracy in Post-Communist Europe”. *Comparative Political Studies*. Vol. 28, nº4, Jan. 1996.
- \_\_\_\_\_. “Trust, distrust and skepticism: popular evaluations of civil and political institutions in post-communist societies”. *The Journal of Politics*, vol.59, n.2, May, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe”. In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens*. Global Support for Democratic Governance. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. “What are the Origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies”. *Comparative Political Studies*, 34(1), February, 2001.

- \_\_\_\_\_. "Learning and re-learning regime support: the dynamics of post-communist regimes". *European Journal of Political Research*, 41(1), 2002.
- \_\_\_\_\_. "Generations through time: the dynamics of political learning during Russia's transformation". *Studies in Public Policy*, 412, Centre for the Study of Public Policy, University of Aberdeen, 2006.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. "A desconfiança nas instituições democráticas." *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº1, março 2005.
- \_\_\_\_\_. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, nº66, fev.2008.
- MULLER, E. & SELIGSON, M. "Civic Culture and Democracy: the question of causal relationship". *American Political Science Review*, 88(3), 1994.
- MÜXEL, A. "L'âge des choix politiques: une enquête longitudinale auprès des 18-25 ans". *Revue Française de Sociologie*, XXXIII-2, avril-juin 1992.
- \_\_\_\_\_. "Jovens dos anos noventa. À procura de uma política sem rótulos". *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº5 e 6, 1997.
- NORRIS, P. (org). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Young People & Political Activism: from the politics of loyalties to the Politics of choice?" *Report for the Council of Europe Symposium*, 2003, Harvard University, 2004.
- POWER, T. e JAMISON, G. "Desconfiança Política na América Latina". *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº1, março 2005.
- ROSE, R. "Medidas de democracia em surveys". *Opinião Pública*, Campinas, vol. VIII, nº1, 2002.
- SEARS, D. and VALENTINO, N. "Politics matters: political events as catalysts for preadult socialization". *American Political Science Review*, vol.91, nº1, 1997.
- SELIGSON, M. "The renaissance of political culture or the renaissance of the ecological fallacy?" *Comparative Politics*, 34(3), April, 2002.
- SINGER, P. "A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social". In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- SOUZA MARTINS, H. H. e AUGUSTO, O. "Juventude e transições". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol.17, nº2, nov.2005.
- VENTURI, G. e BOKANI, V. "Maiorias adaptadas, minorias progressistas". In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- WILDAVSKY, A. "Choosing Preferences by Constructing Institutions". *American Political Science Review*, 81, 1987.